

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

AMANDA GABRIELE MEIRELES RIBEIRO

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: LEVANTAMENTO
BIBLIOGRÁFICO E ALGUMAS REFLEXÕES**

MARINGÁ

2022

AMANDA GABRIELE MEIRELES RIBEIRO

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E
ALGUMAS REFLEXÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Jeinni Kelly Pereira Puziol

MARINGÁ

2022

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E ALGUMAS REFLEXÕES

Amanda Gabriele Meireles Ribeiro¹

Prof.^a Dr.^a Jeinni Kelly Pereira Puziol²

Resumo: Objetivou-se refletir sobre os impactos da pandemia na educação superior brasileira e apresentar um levantamento bibliográfico dos trabalhos que abordaram a formação de professores na educação superior mediada pelas tecnologias no período do ensino remoto. Inicialmente, realizou-se uma discussão sobre o contexto de pandemia do covid-19, bem como a dificuldade da garantia do direito à educação, em específico na Educação Superior, diante do cenário brasileiro de desigualdade econômica e social. Discutiu-se, em seguida, as relações entre o ensino remoto e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ponderando sobre os impactos no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, levantou-se os artigos constantes no Portal de Periódicos da CAPES, no Portal Scielo e no Google Acadêmico, totalizando oito trabalhos, que trataram da formação docente no contexto da pandemia por meio de estudos de caso. Em síntese, o cenário da pandemia covid-19 expôs velhos problemas da educação superior quanto às dificuldades de acesso, de permanência e de qualidade, bem como novos problemas vinculados ao uso das TICs, que por vezes assume o papel de salvadora da educação, podendo tornar opaca toda a problemática econômica, política, social e cultural do Brasil.

Palavras-chave: Formação Docente; Ensino Remoto; Educação Superior; Pesquisa em Educação.

Abstract: The objective of this study is to reflect on the impacts of the pandemic on brazilian college and to present a bibliographic survey of the works that addressed teacher training in college mediated by technologies in the period of remote education. Initially, a discussion about the context of the covid-19 pandemic was held, as well as the difficulty of guaranteeing the right to education, specifically college, in face of the brazilian scenario of economic and social inequality. Then, the relationships between remote teaching and Information and Communication Technologies (ICTs) were discussed, pondering on the impacts on the teaching-learning process. Finally, we surveyed the articles in the *Portal de Periódicos* of CAPES, in the *Scielo Portal* and in *Google Acadêmico*, totaling 8 papers, which dealt with teacher training in the context of the pandemic through case studies. In summary, the scenario of the covid-19 pandemic exposed old problems of higher education regarding the difficulties of access, permanence and quality, as well as new problems linked to the use of ICTs, which sometimes assumes the role of savior of education, and can make the entire economic, political, social and cultural problem in Brazil opaque.

Keywords: Teacher training; Remote Learning; College Education; Research in Education.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática (DTP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou que a Covid-19 seria caracterizada como uma pandemia (ONU-OMS, 2020). Na referida data, a OMS divulgou que havia 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil mortes para a Covid-19 (ONU-OMS, 2020). Em fevereiro de 2022, de acordo com *Our World in Data* (2022), tínhamos, globalmente, desde o início da disseminação da Covid-19, em dezembro de 2019, 413 milhões de casos e 5,83 milhões de mortes (OUR WORLD IN DATA, 2022).

No Brasil, de acordo com *Our World in Data* (2022), em fevereiro de 2022, o número de casos e mortes pela covid-19, desde o início da pandemia, era, respectivamente, 27 milhões e 639 mil. Junto à saúde, outra área amplamente impactada foi a educação, que, passado o período inicial de compreensão da dimensão do estávamos enfrentando, teve de adotar medidas para continuar o processo formativo dos estudantes e para minimizar os impactos gerados pelo isolamento. Destaca-se a potência da educação na formação humana e que sua ausência e sua precariedade são desastrosas para um país e seu povo.

Assim, no âmbito da educação, em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, que dispôs “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020a). Em 1º de abril de 2020, foi publicada a Medida Provisória nº 934, que estabeleceu “normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública”. E, no dia 28 de maio de 2020, o Ato nº42/2020 (BRASIL, 2020c), que prorrogou por mais 60 dias a suspensão das aulas. Desse modo, os estados foram retomando, com diferentes formatos e prazos, o ensino remoto, tanto na Educação Básica quanto na Superior.

Diante do cenário brasileiro, pesquisas foram realizadas a fim de investigar o ensino remoto que foi adotado na educação básica e superior. No âmbito da educação superior, tais pesquisas buscaram identificar as percepções dos graduandos e professores quanto às experiências com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o processo de ensino-aprendizagem, a organização e o empenho dos discentes e docentes em diferentes cursos.

Assim, o objetivo da pesquisa, além de refletir criticamente sobre o impacto da pandemia na garantia do direito à educação superior, foi realizar um levantamento bibliográfico sobre os estudos dos impactos do ensino remoto em cursos de licenciatura. Para tanto,

utilizamos três bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, o Portal Scielo e o Google Acadêmico.

2 DESENVOLVIMENTO

Para atingir os objetivos propostos e as perspectivas supracitadas, nossa pesquisa organizou-se da seguinte maneira: na primeira seção, discutiu-se o papel da universidade e sua importância na formação docente. Em seguida, abordou-se os vínculos entre a pandemia da COVID-19 e o uso das tecnologias, de modo a se refletir sobre as relações de poder e seus impactos no ensino-aprendizagem, tendo como referência Latour (2020), Han (2018) e Oliveira (2021). Por fim, apresentou-se o levantamento dos trabalhos científicos realizados sobre os impactos do ensino remoto na educação superior, com destaque para os principais aspectos abordados.

Nossa pesquisa é um levantamento bibliográfico, pautada na busca de fontes secundárias em bases de dados. O referencial teórico de nossa pesquisa é o materialismo histórico-dialético em diálogo com nosso referencial crítico da sociedade, da educação, da pandemia e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Chauí (1999) e Latour (2020) nos auxiliam na compreensão crítica da universidade, TICs e pandemia covid-19. Para pensar a educação, o texto amparou-se, também, em Freire (1983), quando se discute que a educação é comunicação, mostrando-nos que a relação entre professor e aluno é ato comunicativo e não transferência de saber. Como discute Freire (1983, p. 46), “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

2.1 PANDEMIA COVID-19 E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A vacina contra a covid-19 chegou ao Brasil em janeiro de 2021, entretanto, segundo o diretor do Instituto Butantã, Dimas Covas, a primeira oferta de vacinas contra a covid-19 – cerca de 60 milhões de doses – feita ao Ministério da Saúde foi em 30 julho de 2020. Tais doses seriam entregues no último trimestre daquele ano, mas, sem o retorno do Governo Federal, isso não foi possível. De acordo com o Senado,

o Brasil poderia ter sido o primeiro no mundo a iniciar a vacinação ‘se todos os atores’ tivessem colaborado. Dimas Covas disse que manifestações do presidente Jair Bolsonaro contra a vacina deixaram as negociações “em suspenso” e atrasaram o começo da vacinação no país (SENADO, 2021).

Em uma entrevista à revista “Edição do Brasil”, a diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Mônica Levi, revela que, no período de março de 2021, durante a forte crise sanitária, o país chegou a um colapso devido à lentidão da vacinação em massa da população. Os motivos vão além da demora de exportação do antivírus e da falta de insumos e fabricação, uma vez que foram somados à negligência do Governo Federal durante as negociações para compra de vacinas ofertadas para o Brasil, o que ocasionou a não prevenção de quase 50% das mortes que já aconteceram no país.

De acordo com dados de janeiro de 2022, 71,24% da população brasileira está imunizada com duas doses da vacina ou dose única, o que equivale a, aproximadamente, 152 milhões de habitantes (FIOCRUZ, 2022). Ainda com o país tendo uma alta taxa de casos, devido à variante Ômicron, a eficiência do imunizante fez com que a taxa de mortalidade e de casos graves diminuísse. De acordo com boletim da Fiocruz, o período atual, referindo-se ao início de 2022, é uma janela de oportunidades:

Em um momento em que há muitas pessoas imunes à doença, se houver uma alta cobertura vacinal completa entre as pessoas, há a possibilidade de, tanto reduzir o número de casos, internações e óbitos, como de bloquear a circulação do vírus. Isto porque haverá menos suscetíveis, mesmo que temporariamente. Esse momento, portanto, pode representar uma oportunidade de readequação do sistema de saúde para o atendimento de casos mais graves e o acompanhamento de pessoas infectadas com sintomas mais leves. Para isso, é necessária a implementação de práticas de telessaúde, testagem estratégica de casos suspeitos e seus contatos (FIOCRUZ, 2022, p. 4).

Pensar em políticas públicas a longo prazo é um desafio no Brasil, já que governos que ocupam o Estado temporariamente demonstram grande dificuldade em dar continuidade às políticas públicas anteriores ao seu mandato. Um ponto de inflexão importante é o debate sobre como nosso modo de viver e produzir está relacionado com o momento atual. Nesse aspecto, Bensusan (2020, p. 4) pontua, sobre a Covid-19, que “essa pandemia não é um acaso, nem um azar e sim uma consequência das nossas ações”. Ela não apenas implica em aspectos biomédicos e epidemiológicos em todo o mundo, mas também no que se refere às questões sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas.

Latour (2020), ao discutir sobre a necessidade de repensar a produção econômica no cenário pós-pandemia, alertou para a ruptura que a pandemia causou. Evidenciou que a máquina produtiva e destrutiva pode e deve parar, convidando-nos a pensar sobre o fato de que “a crise sanitária está embutida em algo que é, não uma crise – algo sempre passageiro –, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível” (p. 1). O autor enfatiza:

O que o vírus consegue com a humilde circulação boca a boca de perdigotos – a suspensão da economia mundial – nós começamos a poder imaginar que nossos pequenos e insignificantes gestos, acoplados uns aos outros, conseguirão: suspender o sistema produtivo. Ao nos colocarmos esse tipo de questão, cada um de nós começa

a imaginar “gestos barreira”, mas não apenas contra o vírus: contra cada elemento de um modo de produção que não queremos que seja retomado (LATOURE, 2020, p. 3).

A pandemia da Covid-19 é sobre saúde, mas não apenas, é sobre, também, nosso modo de viver. Ainda de acordo com Bensusan (2020, p. 5), “é preciso compreender que, se há um inimigo, ele não é o vírus e sim tudo que possibilitou que ele passasse a infectar humanos, ou seja, as relações predatórias que existem entre o capitalismo e a natureza”. A educação, impactada com todo o cenário de pandemia e também com governos federais que não a valorizam, como é o caso do Brasil, é também possibilidade de resistência, de construção de outras formas de pensar, sentir e agir.

Para Pellanda et al. (2021), devido à austeridade fiscal – uma política de ajuste da economia amparada na redução dos gastos públicos (PEC 55/2016) – que aconteceu no país em 2015, o Brasil entrou no período pandêmico totalmente sem recursos. Além de reformas nas políticas sociais em geral, a educação a cada dia se torna mais precária, com orçamentos reduzidos e/ou cortados, mudanças trabalhistas prejudicando salários, planos de carreira e tudo que cerca a vida profissional. Os efeitos da pandemia e da gestão federal não são, portanto, uma crise, mas um projeto (PELLANDA et al., 2021). De acordo com os autores:

Em Nota Técnica a Coalizão Direitos Valem Mais comprova que as condições de funcionamento da educação brasileira vêm sendo deterioradas diante da intensa e constante redução de seu orçamento. De um orçamento de R\$ 114,9 bilhões em 2015, a educação contava com uma previsão orçamentária para 2021 de apenas R\$ 70,6 bilhões, o que significa uma redução de 38,6%, causando grave retrocesso social no direito à educação da população brasileira (PELLANDA et al., p. 17, 2021).³

Durante a pandemia, o índice de pobreza no Brasil subiu. De acordo com levantamento da Fundação Getúlio Vargas, em “agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, somando um total de 27,2 milhões de pessoas”. De acordo com nota técnica feita pela Coalizão Direitos Valem Mais⁴, citada por Pellanda et al. (2021), em razão dos cortes históricos e sistemáticos no orçamento das políticas sociais, a implementação de rígidas políticas de austeridade fiscal colocou o Brasil diante de uma situação de vulnerabilidade que, no contexto da pandemia, intensificou-se. Desse modo, “foram deixadas de lado a adoção de medidas de comunicação ampla, estratégica, direta e pautada na ciência e ações de fortalecimento do Sistema de Saúde, da Educação e da Assistência Social” (PELLANDA et al., p. 32, 2021), o que fez com que medidas e ações estratégicas não fossem

³ De acordo com IBGE (2022), em 2021 foi gasto R\$90,29 bilhões - cerca de 2,78% - com a educação no Brasil.

⁴ Criada em 2018, a Coalizão é um esforço intersetorial que atua por uma nova economia comprometida com os direitos humanos, com a sustentabilidade socioambiental e com a superação das profundas desigualdades do país e por isso defende o fim do Teto de Gastos, aprovado em dezembro de 2016 pelo Congresso como Emenda Constitucional 95, com base em proposição do governo Temer. Disponível em: <https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2021/07/2021_DVM_NotaTecnica_LDO2022emRisco_FINAL.pdf>

criadas para os sistemas de saúde, educação e assistência social, como medidas de higiene, distância física, ventilação adequada, uso de máscaras de alta qualidade, teste, triagem e isolamento, de modo a garantir que a população seguisse orientações da OMS.

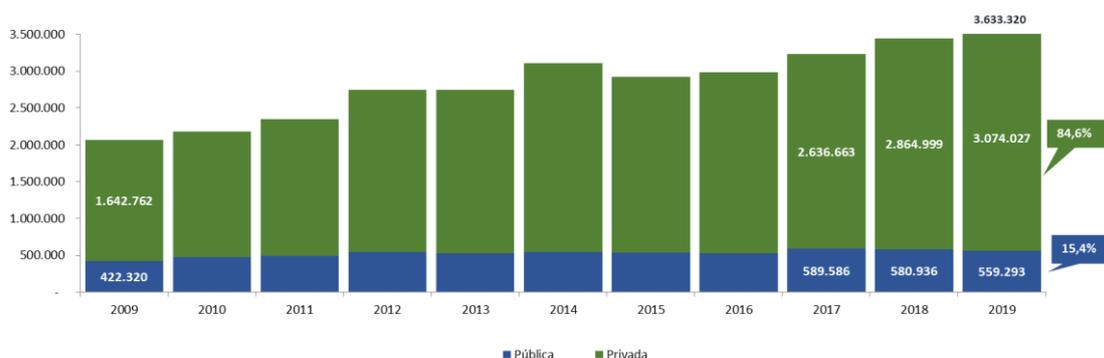
Contudo, essa vulnerabilidade não se baseia apenas no contexto pandêmico, mas sim, desde a década de 90 que, de acordo com Chauí (1999), a educação, assim como a saúde, cultura e utilidades públicas, a partir da Reforma do Estado brasileiro passa a serem serviços designados ao Setor de Serviços Não-Exclusivos do Estado, ou seja, essa podendo ser realizada por instituições não estatais. Dessa forma, a reforma fez com que os direitos sociais fossem definidos pelo mercado, o espaço público democrático foi reduzido, e o espaço privado ganhou espaço, levando ao consumo de massa, aumentando o poder de consumo da sociedade, da classe média e da classe trabalhadora.

A instituição se vê inserida nos setores sociais e políticos buscando definir uma universidade que possa responder às contradições impostas. Sendo assim, passa a gerenciar intencionalmente seu próprio espaço e tempo, não para lidar com contradições, mas para vencer a competição com o que chama de igualdade. Com isso, a transformação da universidade em organização passou por duas etapas: uma universidade funcional “voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra, alterando currículos, programas e atividades, separando cada vez mais docência da pesquisa” (CHAUÍ, 1999, p. 7) e uma universidade operacional “voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos, sendo avaliada por índice de produtividade”. (CHAUÍ, 1999, p. 7).

De acordo com autora, a universidade operacional “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, [...] está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional” (CHAUÍ, 1999, p. 5) caracteriza-se por uma formação cada vez mais rápida voltada para o mercado de trabalho. Assim, a Reforma Nacional transformou o ensino em serviço, no qual a universidade passa a ser vista como prestadora de serviços, deu um sentido muito firme à ideia de autonomia universitária e introduziu termos como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”. Por conseguinte, a expansão do ensino superior no Brasil está relacionada às políticas implementadas após aprovação legal da Lei no 9.394/96, de Diretrizes e Bases (BRASIL, 2006), que permite o uso da educação a distância e privatização por meio de flexibilização do atendimento, a ampliação do número de matrículas por meio de políticas focais.

Assim, desde o início dos anos 2000, com políticas como Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior⁵ (FIES), amplamente reformulado e ampliado em 1999, e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), criado em 2005; tivemos uma ampliação da educação superior no país, todavia, bastante centrada no setor privado. Como pode-se observar no Censo da Educação Superior (INEP, 2020), em 2019, 3,6 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação no ensino superior. Destes, 84,6% estavam em instituições privadas e 15,4% em instituições públicas, como pode ser observado no quadro a seguir junto aos dados de 2009 a 2018.

Quadro 1 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2009-2019



Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, 2020)

A política de ensino a distância tem contribuído muito para a expansão das matrículas nesse nível de ensino no Brasil. A universidade pública, de acordo com Chauí (1999, p. 5), reduzida à gestão de receitas e despesas, tornou-se um gerenciamento empresarial da instituição, tendo que “cumprir metas e alcançar indicadores impostos pelo contrato de gestão”. Assim, o crescimento da modalidade de Educação a distância se destaca e tornando-se cada vez mais presente em nosso cotidiano e, de acordo com Castro e Araújo (2019, p. 196), surge com o intuito de atender às necessidades de todos os níveis e modalidades educacionais, pois se fundamenta em custos baixos, “reduzindo o seu déficit educacional e contribuindo para fazer a transição do sistema de elite para um sistema de educação de massa”.

Deste modo, além do gerenciamento empresarial, a universidade ainda enfrentou cortes no orçamento, os quais a autora aponta que, conseqüentemente, fizeram com que o campo educacional se reduzisse a cortes nos concursos públicos, substituídos por contratos flexíveis, temporários e instáveis, os cursos de graduação e pós-graduação passaram a atender,

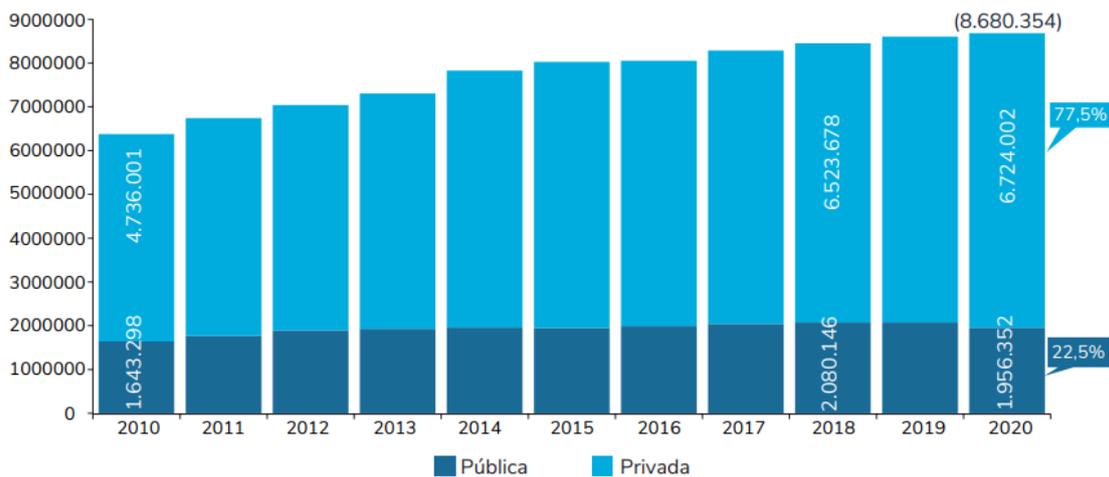
⁵ Foi inicialmente criado sob o nome de Programa de Crédito Educativo (CREDUC) em 1975.

predominantemente, às necessidades profissionais de cada região e à divisão de responsabilidades: a docência para a universidade e a pesquisa para os centros autônomos.

Diante dessa postura, o ensino tende a tomar os moldes empresariais, nos quais as competências e as excelências são avaliadas de acordo com a produtividade, ou seja, “quanto produz, em quanto tempo e o custo. Não abrange o que se produz, como e para que ou para quem” (CHAUI, 1999, p. 6). Nesse âmbito, Freire (1983, p. 51) nos mostra que a educação realizada sob o mecanicismo não acarreta em pensamento, crítica e dúvida, pois “o objetivismo mecanicista que, transformando os homens em abstrações, nega-lhes a presença decisiva nas transformações históricas”. Em vista disso, é preciso entender que a educação precisa ser fundada na realidade, na qual o aluno e o professor exercem, de fato, uma prática transformadora.

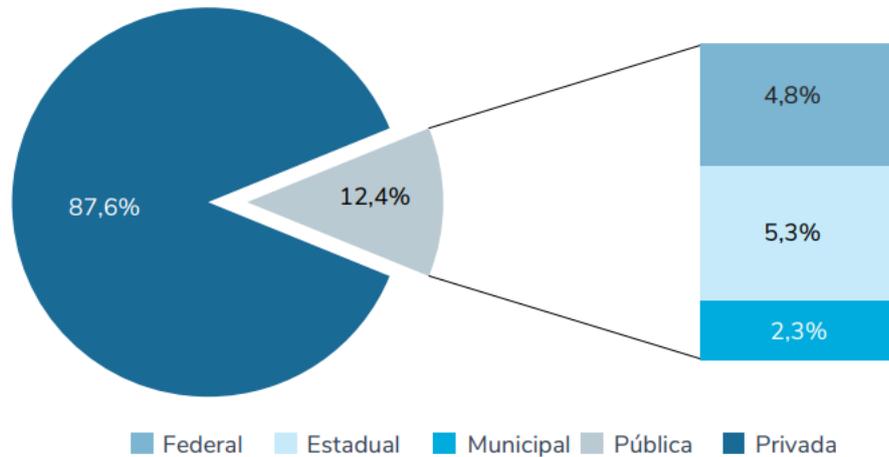
Com o sucateamento da universidade, temos um o aumento no número de novos ingressantes entre 2018 e 2019 impulsionado pela educação a distância. Entre 2009 e 2019, as admissões em cursos de graduação presenciais foram positivas em 17,8% e as admissões em cursos a distância aumentaram 378,9%. Em 2020, o número de registros de redes privadas continuou a crescer a um ritmo acelerado. As faculdades e universidades particulares responderam por 77,5% do total de matrículas de graduação. Portanto, a rede pública participa com 22,5%, como pode ser visto no quadro a seguir a seguir.

Quadro 2 - Percentual de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa – 2010-2020



Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, 2021)

Observa-se que, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2021), enquanto 37,6% das novas vagas ofertadas para cursos presenciais foram preenchidas; na modalidade a distância, foram menos de $\frac{1}{3}$ das vagas. Destaca-se, também, o número de instituições de educação superior de acordo com sua situação administrativa.

Quadro 3 – Percentual do número de instituições de educação superior por categoria administrativa – 2020

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, 2021)

Jeffrey e Woods (1998), citado por Ball (2010, p. 47), destaca o modo como a educação caminha em uma direção que visa apenas uma preparação dos alunos para provas, vestibulares, exames e questionamentos, a fim de receber elogios, os quais partem de uma equipe administrativa e pedagógica que detém de uma visão clara e compartilhada do esperado. De acordo com Ball (2010, p. 50),

Os compromissos de serviço já não têm mais valor ou significado, e o julgamento profissional torna-se subordinado às exigências da performatividade e do mercado, embora haja obviamente um importante elemento de conformidade cínica em funcionamento nos processos de fabricação individual e institucional.

Questiona-se, portanto, o direito à educação de qualidade, enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, garantida pelo art. 205 da Constituição de 1988, que deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além disso, em seu art. 206, parágrafo IX, temos a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Diante da pandemia de Covid-19, porém, as desigualdades dentro da educação no Brasil são ainda mais pronunciadas. Essa situação trouxe, entre tantas questões, a falta de recursos digitais, as dificuldades de aprendizagem no modelo remoto e o impacto da saúde mental em crianças e adolescentes diante do isolamento.

A contínua existência dos problemas estruturais da educação superior, o cenário de pandemia e seus impactos emocionais e psíquicos, a falta de tempo e organização necessária aos estudos, os estudantes sobrecarregados sem os recursos adequados para a realização das atividades e o desemprego marcaram o período pandêmico quanto ao ensino-aprendizagem no modelo de aulas remotas. Bianchi et al. (2021) estende-se acerca dos impactos da pandemia e ressalta que essas dificuldades têm causado muitos problemas para as pessoas devido ao

isolamento físico e social. Vários estudos internacionais apontam para um aumento de pessoas com problemas psicológicos, incluindo ansiedade, ataques de pânico, depressão, estresse pós-traumático e medo excessivo da morte.

O processo de aprendizagem se tornou demorado e trabalhoso, especialmente na atual pandemia, na qual o medo, a incerteza, a dor, o estresse e a ansiedade são mais intensos. Ainda de acordo com Bianchi et al. (2021), “a saúde mental e o bem-estar de sociedades inteiras foram seriamente impactados por esta crise e são uma prioridade a ser abordada urgentemente”.

Em síntese, o cenário de pandemia salientou ainda mais os problemas da educação. No que tange à educação superior, além das aulas remotas, em sua maioria em caráter emergencial, o aumento da educação a distância e a presença do hibridismo no ensino, ou seja, a mescla cada vez mais inevitável entre a educação e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), marcaram o período da pandemia e possivelmente o pós-pandemia.

2.2 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE): DESAFIOS ANTIGOS EM NOVO FORMATO?

Segundo Oliveira et al (2021, p. 2) “desde a criação da Internet e a evolução de suas ferramentas, houve um aumento na utilização da comunicação online síncrona e assíncrona”. Diante do cenário pandêmico, recursos tecnológicos foram escolhidos para manter o vínculo entre discentes e docentes durante o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, aulas transmitidas de modo síncrono (em tempo real) e atividade assíncronas por meio de plataformas digitais como *Google Meet*, *Google Hangouts*, *Microsoft Teams*, *Zoom Meetings etc.*, de acordo com Fernandes (2019) e Arruda (2020), permitiram a interação e a organização de ambos os tempos de aprendizagem da forma mais próxima à educação presencial (FERNANDES et. al., 2019; ARRUDA, 2020 apud SILVA, 2020, p. 50).

Para Freitas (2010, p. 340), o uso de tecnologias no ambiente escolar não é utilizado da maneira que se espera, pois, a formação dos professores carece de cursos formativos relevantes assim como o preparo dos alunos, o que mostra que os seus conhecimentos “básicos de informática educativa não têm sido suficientes para que se integrem os recursos digitais e as práticas pedagógicas”. Confunde-se, no atual cenário, habilidades cotidianas com o uso de aplicativos em smartphone e computadores com a necessária aprendizagem sobre ferramentas de ensino-aprendizagem por parte de professores e estudantes. Castells e Cardoso (2005, p. 19) ressaltam que “difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não

constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quem são usadas as tecnologias de comunicação e informação”.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, cerca de 12,6 milhões de domicílios do país não tinham acesso à internet, o que, no contexto contemporâneo, afetou negativamente o processo de aprendizagem durante este período, já que o método adotado durante muito tempo pelas escolas e universidades foi o ensino remoto emergencial ou ensino híbrido.

Diante do fato das (os) estudantes não terem acesso ou facilidade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e do contexto de anos de ausência da escola, as (os) docentes argumentaram que “os avanços tecnológicos não podem se dar à custa de novas formas de exclusão” (OLIVEIRA et al, 2021, p. 801).

Assim, a preocupação com os alunos de famílias de baixa renda não é levada em conta. Essa preocupação é de grande relevância, tendo em vista que historicamente as classes mais baixas tiveram acesso muito limitado a esse nível de ensino. No entanto, essa preocupação tem sido questionada pelas diretrizes de redução de gastos das instituições públicas, da iniciativa privada e da educação a distância para a expansão do ensino superior.

Diante disso, iniciou-se a busca por alternativas que suprissem as necessidades da educação em todos os níveis de ensino. No município de Maringá, norte do Paraná, seguindo o decreto nº 436/2020, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a partir da resolução n.º 006/2020-CEP, autorizou, em caráter excepcional, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) com a utilização de recursos digitais para a operacionalização das disciplinas presenciais, sem a necessidade de alteração dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC). No art. 3, § 5º, lê-se:

Durante o ERE, as aulas deverão, obrigatoriamente, estar vinculadas ao uso de plataformas institucionais (uso do Moodle ou G Suite), em momentos síncronos fixos (com uso Google Meet, Zoom ou outro) com os estudantes matriculados e definidos nos seus horários (disciplina/turma), respeitando o turno do curso.

Com mudanças no cenário da pandemia, como a diminuição da taxa de contaminação em comparação com 2020, o ano de 2021 iniciou-se com incertezas. Em Maringá, a equipe da Força de Trabalho Emergencial, criada pela prefeitura do município, definiu que os alunos da educação básica poderiam frequentar as instituições no modelo híbrido, divididos em dois grupos. Estes fizeram revezamento, intercalando a presença na escola: enquanto um grupo ia à escola, o outro ficava em casa e vice-versa.

Desse mesmo modo, o Núcleo Regional de Educação (NRE), por meio da normativa (04/2021), enviada pela Secretaria Estadual de Educação (Seed), orientou que apenas estudantes com atestado médico poderiam ficar 100% no ensino remoto. Os demais precisavam ir para as aulas presenciais no sistema de rodízio a partir de 28 de julho de 2021. Sendo assim,

toda rede municipal e estadual da cidade seguiu o decreto nº 504, que definia o retorno das aulas presenciais em 1º de março de 2021. Estas escolas, públicas ou privadas, deveriam seguir o Plano de Contingência da Covid-19, que contava com protocolos, procedimentos e organização escolar estabelecidos pela prefeitura de Maringá para um retorno seguro dos alunos, dos profissionais das escolas e de toda a população.

Assim como a educação básica, as universidades também retornaram às atividades, seguindo os protocolos de segurança. No município maringaense, alguns dos centros universitários, como Universidade Cesumar (UNICESUMAR) e Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), aderiram ao documento apresentado pelo Sindicato Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Paraná, no qual era proposto o retorno às aulas presenciais a partir do dia 3 de julho de 2021.

Todavia, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) sofreu com o corte de 75% nos repasses para verba de custeio em 2021, e segundo o reitor da instituição, Julio César Damasceno, não foi possível retornar às atividades presenciais. De acordo com G1 PR, o orçamento anual para manutenção da universidade em 2020 foi de R\$ 23,5 milhões caindo para R\$ 5,8 milhões de repasses estaduais em 2021. Em uma fala pra o G1 PR Damasceno diz que "o retorno é vinculado a uma estruturação da universidade. Muitas das estruturas são antigas, então precisamos adequar essas estruturas para colocar em conformidade com os protocolos de biossegurança". Devido esse impasse optou-se pelo retorno das aulas no início de 2022, a partir de uma votação em novembro de 2021 realizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que aprovou o Parecer 027/2021 da Câmara de Graduação, Extensão e Educação Básica e Profissional (CGE). No retorno aprovado pelo CEP foi registrado os seguintes votos: 121 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social da UEM, o Parecer 027/2021 previa o retorno gradual das aulas presenciais, ainda referentes ao segundo semestre letivo de 2021: início no dia 10 de janeiro de 2022, de forma remota. De acordo com tal parecer, estava prevista a organização do campus e campi para receber os alunos e professores após o recesso de fim de ano; presencialmente, retorno em 17 de janeiro, para as turmas a partir dos segundos anos, e 31 de janeiro, para os calouros, ou seja, as turmas de primeiro ano.

Devido ao aumento de casos, a circulação da variante Ômicron, a influenza H3N2 e os riscos do retorno das atividades, após 3 dias de aulas presenciais, foi estabelecido novamente o Ensino Remoto Emergencial (ERE) até que a situação melhorasse. A nova portaria surgiu após uma nota emitida pela cidade de Maringá na tarde de quarta-feira, 19 de janeiro de 2022, anunciando uma taxa de positividade de 70% e uma ocupação geral de 78,33% nas UTIs adulto.

Os dados indicavam alto risco de contaminação por Covid-19, e, em decorrência disso, a Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição impôs restrições às atividades de ensino presencial e decidiu retornar ao ERE.

A decisão desagradou estudantes da universidade, que pediam a volta do ensino presencial, realizando manifestações em prol do retorno presencial. É necessário destacar que tais manifestações foram aproveitadas por movimentos de direita no espectro político, os quais pediram a privatização da universidade. Devemos lembrar que a Universidade Estadual de Maringá, criada em 1969, com a junção das Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências e Letras, teve a cobrança de mensalidades, mesmo sendo pública, até 1988 (BENITES, 2013). O movimento estudantil teve papel fundamental na luta pelo direito à educação pública e gratuita em consonância com a Constituição de 1988. Com 53 anos, a UEM possui apenas 34 anos de gratuidade, e esta realidade possibilitou uma UEM mais plural sob a perspectiva social, econômica e cultural. Atualmente, destaca-se, também, o Programa de Cotas Sociais e Cotas para Negros presente na Instituição, o qual também contribuiu para essa pluralidade.

O ensino remoto, segundo Barbosa et al. (2020), acarretou novas formas de ensino-aprendizagem por meio das plataformas digitais, o qual pode utilizar de estratégias nas quais o aluno participa de onde estiver com qualquer dispositivo conectado à internet. Entretanto, a medida surge como um desafio para professores e alunos, pois, de acordo com Freitas (2010, p. 349), ainda existe uma defasagem na formação dos docentes e estudantes em relação ao letramento digital, bem como problemas, no caso dos estudantes: dificuldades de acesso à internet, equipamentos e espaços inadequados para os estudos. Neste sentido, Oliveira (2021) ressalta que

Quando a instituição adota uma proposta educacional e um grupo realiza e o outro não, em particular, por sua condição de classe socioeconomicamente desfavorecida, transfere-se mais uma vez para as (os) discentes a responsabilidade pelo seu processo formativo e possível fracasso (OLIVEIRA et al, 2021, p. 801).

Quando Barbosa et al. (2020) discorre sobre a modalidade de ensino híbrido, salienta que nele está inserido o ensino remoto e que há uma lógica diferente entre eles e o ensino a distância, pois o híbrido é visto como um “propósito de mudança significativa para caminhos pedagógicos, bem como de uma organização didática para ensino aprendizado, reunindo o melhor dos dois mundos, ou seja, o presencial e à distância” (2020, p. 263)

Nesse contexto, o Ensino a Distância (EaD), enquanto “modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente” (BARBOSA et al., 2020, p. 263), expressa, portanto, a necessidade dos meios tecnológicos para possibilitar a comunicação entre docente e discente. Em contrapartida, o ensino remoto utiliza as ferramentas de uma

plataforma *online* que possibilita encontros simultâneos entre alunos e professores, mas também permite a gravação e disponibilização de aulas para quem não tem acesso. Neste sentido,

o ensino remoto é uma das estratégias já utilizadas diferenciando-se da educação a distância, sem, no entanto, prescindir de características comuns a essa modalidade, como por exemplo, o uso de ferramentas assíncronas, como fóruns de discussão, atividades com prazos de entrega e também a possibilidade do uso de gravações e vídeos (ROTHEN et al., 2020, p. 111).

Desse modo, o ERE traz algumas peculiaridades que, segundo Barbosa et al. (2020), implicam em novas formas de difundir o conhecimento e de divulgar conteúdos por meio de plataformas digitais *online*. Ainda, para Silva et al. (2020), este tipo de ensino envolve a utilização de estratégias de ensino remoto, nas quais o aluno participa da aula de onde estiver, bastando ter acesso a um dispositivo com internet. Entretanto, junto a essas novas possibilidades, o Ensino Remoto envolve um conjunto de novos desafios para toda instituição de ensino, isto é, professores, alunos e funcionários administrativos, pois muitas das situações que necessitam das ferramentas tecnológicas são prescritas a quem, muitas vezes, nunca teve experiência nesse âmbito.

Além destas questões, retornamos ao Estatuto da Universidade Estadual de Maringá, que, em seu art. 3º, aborda o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo compromissada com a formação de cidadãos éticos, reflexivos e autônomos, assim como disciplina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96. Perguntamos, sob essa perspectiva: como ficou o ensino, a pesquisa e a extensão no contexto da pandemia? Com foco no ensino, como esse processo foi realizado entre estudantes e professores por meio de aulas remotas? Como fica a formação de professores que estudaram por um ano e meio de forma remota no contexto da pandemia? De acordo com Bernadete Gatti (2021), é preciso:

situar os estudantes em suas condições, trabalhar com eles as ações curriculares necessárias, de suprimento do não aprendido e dos avanços necessários, criar motivação. Trata-se de pessoas em sua integridade, não são números, nem seres abstratos (GATTI, 2021, p. 514).

Diante do exposto, esclarece-se e se destaca que a continuidade desta pesquisa era pautada, em seu projeto inicial, em aplicar um questionário ao 4º ano de Pedagogia Matutino da UEM, a fim de investigar a experiência de ensino-aprendizagem do grupo quanto ao uso das TICs e a vivência universitária somente no modo *online*. Entretanto, diante de inúmeros entraves burocráticos do Comitê de Ética, não conseguimos aprovação a tempo e tivemos que reorganizar a pesquisa, de modo a fazer um levantamento bibliográfico de trabalhos que investigaram a formação docente no contexto da pandemia em instituições de educação superior.

Assim, algumas pesquisas, no contexto da pandemia, buscaram responder algumas das questões aqui levantadas, como os impactos no ensino-aprendizagem de estudantes de graduação no Brasil. A seguir, listamos e comentamos aqueles trabalhos referentes à formação de professores no contexto da pandemia.

2.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO

Por tratar-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, selecionamos artigos científicos que contemplavam a temática desenvolvida neste trabalho. Para os critérios de inclusão na seleção, foram escolhidos trabalhos que discorreram sobre o ensino remoto diante da pandemia do novo coronavírus no contexto de cursos de licenciatura na educação superior.

Para isso, utilizamos as seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, o Portal Scielo e o Google Acadêmico, objetivando encontrar bibliografias que discorriam sobre os impactos do ensino remoto na educação superior, utilizando as seguintes palavras-chave combinadas: educação remota, pandemia, formação de professores, licenciatura. As buscas se focalizaram no período posterior ao ano de 2020, quando iniciou a pandemia.

Em síntese, foram encontrados os trabalhos listados no quadro a seguir:

Quadro 4 – Lista de artigos sobre educação, pandemia e formação docente

Número	Título	Autores	Ano	Periódico
1	Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente.	SILUS, A.; Leal de Castro Fonseca, A.; Lageano Neto de Jesus, D.	2020	Liinc em Revista
2	Percepção de graduandos em Educação Física sobre as aulas remotas frente à COVID-19: Um estudo de caso.	DE OLIVEIRA, Vivian et al.	2021	Society and Development

3	No desligar das câmeras: experiências de estudantes de ensino superior com o ensino remoto no contexto da Covid-19	MÁXIMO, Maria Elisa.	2021	Civitas - Revista de Ciências Sociais
4	Aulas Remotas em Tempo Emergente: Relato de experiência com a turma “Avaliação Institucional da Educação” na UFSCar.	ROTHEN, José Carlos; DA NÓBREGA, Evangelita Carvalho; DOS SANTOS OLVIEIRA, Ivan.	2020	Cadernos da Pedagogia
5	Experiências de ensino-aprendizagem remoto de inglês na licenciatura de letras/inglês durante a pandemia de Covid-19: multiletramentos digitais e interseccionalidade	BEZERRA, Fábio Alexandre Silva.	2021	Ilha do Desterro
6	Os impactos da pandemia da COVID-19 nos estágios em licenciatura: avanços e desafios para os cursos de formação de professores	NOVELLI, J.; Rodrigues de Oliveira, F.; Medeiros de Mello, J.; SANTOS, A. R.	2021	Revista de Educação a Distância
7	Principais dificuldades do ensino remoto e uso de tecnologias no ensino-aprendizagem de estudantes de Educação Física durante a pandemia da COVID-19	SILVA, J. D. de A.; SILVA, J. C. L.; MARANHÃO, D. C. M.; DE FRANÇA, T. L.	2021	Educación Física y Ciencia
8	Uso de metodologias ativas como estratégia no ensino remoto em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas	SOUSA, AF; SILVA, J. da.; SUDÉRIO, FB	2021	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento

Fonte: elaboração própria

No artigo *Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente*, o objetivo foi apresentar os desafios pedagógicos da prática docente do ensino superior no Brasil durante a pandemia. Utilizaram como metodologia uma abordagem qualitativo-quantitativa, de ancorar teorias educacionais clássicas e contemporâneas. Desse modo, com base na entrevista feita em de julho de 2020 com 442

peessoas, foram apontados os desafios enfrentados pelos professores indígenas que ensinam presencialmente, que enfrentam adaptações no uso da tecnologia educacional para facilitar a discussão e mesclar alternativas de ensino e aprendizagem.

Em *Percepção de graduandos em Educação Física sobre as aulas remotas frente à COVID-19: um estudo de caso*, o público alvo da pesquisa foram 92 estudantes do curso presencial de graduação em Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior privada, por meio de coleta dos dados via formulário no *Google Forms*. De acordo com os resultados da pesquisa, os alunos sentiram que a mudança para o ensino remoto foi uma boa decisão para a escola e avaliaram positivamente a adaptabilidade dos professores. As dificuldades observadas pelos alunos envolveram questões de conectividade com a internet, questões pessoais e financeiras e a adaptação ao novo paradigma.

Neste trabalho, ressalta-se a importância da formação de professores em ensino online, bem como o apoio da instituição aos alunos que encontram problemas ao longo do caminho e a necessidade de aprofundamento na área. Em relação à qualidade da formação acadêmica, alguns sentiram que sua formação seria prejudicada de alguma forma pela adoção de cursos a distância, mas a maioria respondeu que não acreditava nesse prejuízo à formação. Assim, as principais queixas apontadas pelos alunos são a falta de atividades práticas e a dificuldade de acompanhar as aulas ou de se adaptar a sistemas remotos.

Em *No desligar das câmeras: experiências de estudantes de ensino superior com o ensino remoto no contexto da Covid-19*, é realizado um estudo etnográfico com estudantes do ensino superior em 2020 e questionado sobre suas experiências com o ensino a distância. Após a suspensão das atividades presenciais em meio à pandemia, professores e alunos se viram imersos nos desafios impostos pelo ensino remoto com um afastamento dos laços que mantêm a relação ensino-aprendizagem. Dessa forma, buscou-se compreender como os alunos perceberam a educação a distância e deram sentido às suas experiências de ensino neste modelo, levando em consideração as condições materiais para fazê-lo. Portanto, este estudo se concentrou na dimensão experiencial das tecnologias digitais.

No artigo *Aulas remotas em tempo emergente: relato de experiência com a turma “avaliação institucional da educação” na UFSCar*, as alternativas emergenciais criadas para reduzir as perdas dos alunos auxiliaram nas atividades acadêmicas para atender novas demandas de suspensão das aulas presenciais. Nessa instituição, os planos de trabalho foram realizados e organizados na plataforma *Google Classroom*, mediados por roteiros de aprendizagem, envolvendo atividades síncronas e assíncronas. Ainda que o objetivo proposto era facilitar a aquisição de conhecimento referentes à temática da Avaliação Institucional da Educação, o

ensino remoto acarretou desafios diante das restrições estruturais dos alunos e da urgência de curto prazo.

Por exigir uso da tecnologia digital, foi evidenciado, pelos alunos, que vários dispunham de poucos recursos para adquirir aparelhos como smartphones, tablets e/ou laptops. Outra barreira estrutural era o acesso à internet. Isso traz uma reflexão sobre a exclusão educacional, pois se relaciona à realização de cursos a distância por parte dos alunos. Oliveira (2021, p. 801) argumenta que “o progresso tecnológico não pode vir à custa de novas formas de exclusão” dada a falta de acesso ou facilidade de acesso dos alunos às TICs.

No que trata sobre a utilização dos recursos digitais, em *Experiências de ensino-aprendizagem remoto de inglês na licenciatura de letras/inglês durante a pandemia de Covid-19: multiletramentos digitais e interseccionalidade*, é posto como a pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a relevância do uso de recursos digitais. Sendo assim, o artigo discute o ensino e aprendizagem de inglês a distância como L2 em um curso de licenciatura de Letras/Inglês, destacando questões de linguagem e disciplinas que são críticas para a formação de professores. Tal estudo ressaltou o uso de uma abordagem ativa à instrução baseada em conteúdo e alfabetização em multiletramentos. As experiências relatadas neste trabalho enfatizaram a iniciativa do aluno e a flexibilidade do professor na escolha de tópicos e na adequação dos textos subjacentes que auxiliaram o ensino e aprendizagem de inglês e conteúdos de disciplinas afins, os quais foram influenciados pelo fato de o ensino estar sendo realizado na modalidade ERE, com ênfase especial no uso de recursos digitais que facilitam em resultados satisfatórios.

Referindo-se a questões relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura, Novelli et al. (2021) disserta, em *Os impactos da pandemia da COVID-19 nos estágios em licenciatura: avanços e desafios para os cursos de formação de professores*, sobre reflexões dos docentes acerca da disciplina. A todo momento, é ressaltada a importância de institucionalizar outras formas de estágio, com base na “netnografia⁶”, por exemplo, pois essa prática é relevante para a carreira dos futuros profissionais licenciados, além de se reconhecer a necessidade de conhecer e dominar as ferramentas tecnológicas na prática.

Durante o período registrado no artigo, os participantes dos cursos encontraram-se sobrecarregados em alguns momentos, visto que seus estágios foram realizados remotamente.

⁶ Netnografia é uma forma especializada em etnografia e utiliza comunicações de mídia por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais etc. (KOZINETTS, Roberto. V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 203)

Diante disso, para estabelecer uma conexão mais direta com os participantes e obter um retorno, foi aplicado um questionário via plataforma *Moodle* que foi útil posteriormente para o *feedback* e autoavaliação. Assim, cada indivíduo pôde observar e reconhecer a importância da formação profissional e acadêmica, considerando que o “professor pode associar a teoria à prática docente, tornando os encontros no Ensino Remoto mais atrativos e significativos para os alunos” (NOVELLI et al. 2021, p. 8).

Em *Principais dificuldades do ensino remoto e uso de tecnologias no ensino-aprendizagem de estudantes de Educação Física durante a pandemia da COVID-19*, o objetivo foi identificar e discutir as principais dificuldades do ensino a distância e do uso da tecnologia no ensino dos cursos superiores de educação física diante da pandemia do COVID-19 por meio das críticas levantadas pelos graduandos. No estudo, percepções de 26 alunos sobre os principais fatores negativos vivenciados e/ou descobertos durante o primeiro semestre de implantação do ensino a distância foram coletadas por meio de um questionário online. Em seguida, foi realizada a análise de conteúdo do material. Pode-se concluir que os principais problemas com o ensino a distância e uso de tecnologia no ensino e aprendizagem de educação física durante a pandemia do COVID-19 são métodos de avaliação insatisfatórios, problemas de acesso à internet e recursos tecnológicos, dificuldades de aprendizagem, ensino de qualidade em declínio e falta de aulas práticas.

Pensando na facilidade e nos resultados das aulas assíncronas e síncronas, o artigo *Uso de metodologias ativas como estratégia na educação a distância em um curso de graduação em Ciências Biológicas* buscou, por meio de um estudo com 11 alunos matriculados em disciplinas do curso de graduação em Ciências Biológicas da Faculdade de Educação de Crateús, levantar hipóteses para questões criadas pelos docentes acerca da utilização de metodologias ativas durante o ensino a distância. Assim, um questionário online foi a forma de recolher essas respostas e, de acordo com elas, entendeu-se que o uso dessas metodologias auxiliou durante o período remoto, pois proporcionou um ambiente no qual os alunos, assim como os professores, puderam ter uma participação ativa nas aulas, o que resultou em aprendizagem significativa.

Como se pode observar, alguns pontos se repetem nas pesquisas apresentadas: as restrições ao acesso dos alunos à Internet, os desafios dos novos papéis para professores e alunos no ensino a distância emergencial e a necessidade de formação de professores para o uso da internet e novas tecnologias. Vários artigos também observaram que novas tecnologias e abordagens serão frequentemente usadas com base no futuro da educação mista com base no que cada indivíduo experimentou durante a pandemia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscamos refletir sobre os impactos da pandemia na educação superior brasileira e apresentar um levantamento bibliográfico dos trabalhos que abordaram a formação de professores na educação superior mediada pelas tecnologias no período do ensino remoto. A oferta do modelo remoto no ensino superior possibilitou aos alunos dar continuidade no seu processo de aprendizagem por meio do uso das ferramentas digitais, entretanto, assim como os efeitos positivos surgiram pontos negativos que resultaram desse ajuste pedagógico, bem como variadas dificuldades no uso de dispositivos tecnológicos em aulas síncronas, dificuldade com o processo de autonomia, a falta de debate e troca de saberes em sala de aula e o vazio de sentido no espaço de aprendizagem.

Ao analisarmos a relação entre a pandemia e o direito à educação, notamos que retrocedemos durante este período. O baixo orçamento para cobrir os custos das áreas afetadas não foi suficiente, o que fez com que a pandemia agravasse os problemas que já ocorriam na educação. No ensino superior, além das aulas realizadas pelo ensino remoto, a ascensão da educação a distância e a presença da hibridização na educação, ou seja, uma combinação cada vez mais difícil de evitar entre educação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), marcam possivelmente um período pós-pandemia.

Com relação aos desafios do ensino remoto, compreendemos que as aulas remotas surgiram como oportunidade de fornecer novos conhecimentos e estratégias de ensino e diversas ferramentas digitais para esse novo cenário educacional. Os impactos causados na formação acadêmica durante a pandemia fizeram com que tivéssemos uma base para futuras necessidades profissionais, de forma a servir para desenvolver novos conhecimentos envolvendo a prática docente. Adquirir esses outros saberes que compõem a base de conhecimento do profissional docente é essencial para a formação acadêmica, pessoal e profissional. Nesse cenário de ensino remoto, a alfabetização digital, portanto, foi essencial para garantir a qualidade do processo de ensino, visto que “a tarefa do educador [...] é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele [...] como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado”. ” (FREIRE, 1983, p. 56)

Os trabalhos pesquisados possuem grandes semelhanças em relação aos dados de restrições ao acesso dos alunos à Internet, de desafios dos novos papéis para professores e alunos no ensino a distância emergencial e da necessidade de formação de professores para o uso da internet e novas tecnologias. Assim como possuem diferenças quanto aos prejuízos

causados na formação dos estudantes: dificuldades de acompanhar as aulas ou de se adaptar a sistemas remotos e o uso de recursos digitais por parte de alguns professores que sucedeu em resultados satisfatórios. Em nenhum artigo foi notado a presença da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), que avaliam os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil.

Nossa pesquisa também nos levou a refletir que desenvolver as habilidades dos professores sobre o uso da tecnologia faz com que estes forneçam aos alunos suporte para utilizarem tal recurso em seu dia a dia, fora do contexto pandêmico. Os professores precisam de apoio em suas dificuldades, tendo uma aproximação com o letramento digital não necessariamente em um momento específico, mas por meio de um trabalho contínuo, vivenciado no próprio processo pedagógico. Além disso, notamos que há uma preocupação com o uso das tecnologias em si, porém não vemos a mesma atenção voltada à formação do professor para utilizar esses novos recursos que inclui, “além do conhecimento funcional sobre o uso da tecnologia possibilitada pelo computador, um conhecimento crítico desse uso”. (FREITAS, 2010, P. 338)

Também ponderamos, a partir de nossas reflexões e dos trabalhos levantados, a ênfase que é dada ao professor como centro do processo de aprendizagem remoto. É interessante observarmos que toda a problemática que envolve a educação é pouco discutida nestes trabalhos analisados, parece que as questões econômica, políticas, sociais e culturais não são tão levadas em conta como o debate sobre a tecnologia. Como é possível discutir a educação, seja ela presencial ou remota, apartada de seus fundamentos? As TICs exercem uma sedução, como fosse a panaceia dos problemas, e avaliamos isto com parcimônia. Retomamos: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46). As TICs nos auxiliaram nas aulas remotas e continuarão a auxiliar no processo educativo, mas não podemos confundir o *meet* com encontro pedagógico, e o abrir e fechar de câmeras e microfones com diálogo.

REFERÊNCIAS

- AMARO, D. **Entenda quais as consequências da demora na vacinação contra a COVID-19 no Brasil.** [S. l.], 5 mar. 2021. Disponível em: <<http://edicaodobrasil.com.br/2021/03/05/entenda-quais-consequencias-da-demora-na-vacinacao-contracovid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BALL, S. J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010.
- BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Rev. Augustus**, v.25, n. 51, p. 255-280, 2020.
- BBC. Como a segunda onda de covid-19 explodiu e caiu após um mês de lockdowns na Europa. [S. l.], 1 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55145883>>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BENITES, M. UEM completa 25 anos de gratuidade. **Jornal da UEM**, abril. 2013. Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2013/95-jornal-109-abril2013/879-uem-completa-25-anos-de-gratuidade>>. Acesso em: 22 de mar. 2022.
- BENSUSAN, Nurit. **Como construir uma ecologia pós-pandemia.** [S. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-construir-uma-ecologia-pos-pandemia/>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BEZERRA, Fábio Alexandre Silva. Experiências De Ensino-Aprendizagem Remoto De Inglês Na Licenciatura Em Letras/Inglês Durante A Pandemia De Covid-19: Multiletramentos Digitais E Interseccionalidade. **Ilha do Desterro**, v. 74, p. 41-66, 2022.
- BIANCHI, Bruno Rocha et al. Impactos da pandemia na educação brasileira de jovens e adultos. 2021. Disponível em: <<https://ufsm.br/r-813-3804>>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em: 15 fev. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF, 1 abr. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional N° 42, de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-do-presidente-da-mesa-do-congresso-nacional-n42-de-2020-258914904> Acesso em: 15 fev. 2022.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves. Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 34, n. 1, p. 189-209, 2018.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. 2005.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 4, n. 3, 1999.

FIOCRUZ. **Boletim Observatório Covid-19**. Balanço de dois anos da pandemia Covid-19, Janeiro de 2020 a janeiro de 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-balanco-de-dois-anos-da-pandemia-aponta-vacinacao-como-prioridade>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FEFERBAUM, Marina. **Extensão Universitária: vivência e formação interprofissional**. 2021. Disponível em: <<https://revistaensinosuperior.com.br/extensao-universitaria-coluna/>>. Acessado em: 25 jan. 2022

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, **Editora Paz e Terra LTDA**, v. 199, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. **Educação em revista**, v. 26, p. 335-352, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Áyiné, 2018

LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. Tradução: Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. Disponível em: <<https://n1edicoes.org/008-1>>. Acesso em 30 ago. 2021, v. 6, 2020.

LEONEL, Filipe. **Brasil celebra um ano da vacina contra a Covid-19**. Fio Cruz. 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contra-covid-19>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

LIMA, Sara Éllen Rodrigues de et al. **Ensino-aprendizagem em aulas remotas no contexto da pandemia por covid-19: dificuldades e potencialidades relatadas por acadêmicos de enfermagem**. In: I Congresso Nacional de Inovações em Saúde - Fortaleza - Ceará, 388–416, 2020. 2020. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/conais/trabalho/147642>>. Acesso em: 30 set. 2021

NOVELLI, J.; RODRIGUES DE OLIVEIRA, F.; MEDEIROS DE MELLO, J.; SANTOS, A. R. Os impactos da pandemia da COVID-19 nos estágios em licenciatura: avanços e desafios para os cursos de formação de professores. EmRede - **Revista de Educação a Distância**, v. 8, n. 1, 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, Edna Castro de et al. Desafios da práxis freiriana em tempos de pandemia: ensino remoto e a gestão educacional no PROEJA. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 37, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, Vivian de et al. Percepção de graduandos em Educação Física sobre as aulas remotas frente à COVID-19: Um estudo de caso. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.

OPAS/OMS. Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. OPAS/OMS; 2020. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>> Acesso em: 26 jan. 2022.

OUR WORLD IN DATA. Covid-19 Data Explorer, fev., 2022. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PELLANDA, Andressa et al., (coord.). **Não é uma crise, é um projeto**: os efeitos das reformas do Estado entre 2016 e 2021 na educação. São Paulo: [s. n.], 2021. 102 p. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-construir-uma-ecologia-pos-pandemia/>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ROTHEN, José Carlos; DA NÓBREGA, Evangelita Carvalho; DOS SANTOS OLIVEIRA, Ivan. Aulas Remotas em Tempo Emergente: Relato de experiência com a turma “Avaliação Institucional da Educação” na UFSCar. **Cadernos da Pedagogia**, v. 14, n. 29, 2020.

SEDUC. **Plano de contingência da covid-19**. Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Maringá, 2021. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/planodecontingencia2021.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2022

SENADO, Agencia. **Brasil poderia ter sido o primeiro do mundo a vacinar**, afirma Dimas Covas à CPI. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

SILVA, Kézia Raquel Gomes et al. Conceitos dos discentes de enfermagem sobre aulas remotas. **Diálogos em Saúde**, v. 3, n. 1, 2020.

SILVA, J. D. de A.; SILVA, J. C. L.; MARANHÃO, D. C. M.; DE FRANÇA, T. L. Principais dificuldades do ensino remoto e uso de tecnologias no ensino-aprendizagem de estudantes de Educação Física durante a pandemia da COVID-19. **Educación Física y Ciencia**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. e194, 2021. Disponível em: <<https://efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/efyce194>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SILUS, A.; LEAL DE CASTRO FONSECA, A.; LAGEANO NETO DE JESUS, D. Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da Covid-19: repensando a prática

docente. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e5336, 2020. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5336>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SOUSA, AF; SILVA, J. da.; SUDÉRIO, FB Utilização de metodologias ativas como estratégia na educação a distância em um curso de graduação em Ciências Biológicas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 12, pág. e341101220440, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20440>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ANEXO

Submissão a Revista Educação e Realidade.

Condições para submissão: Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

✓	A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares Cega .
✓	A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
✓	Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
✓	O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
✓	O arquivo com o texto tem, em sua primeira folha, o título, o resumo, as palavras-chave, o título em inglês, abstract em inglês e as keywords em inglês.
✓	O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores , na seção Sobre a Revista.
✓	Estou ciente que, de modo a garantir visibilidade e acesso internacional dos textos publicados, a inclusão de versão em inglês do artigo aceito para publicação , a ser providenciada e custeada pelos autores após o aceite final, é obrigatória .
✓	Meu identificador ORCID consta no meu cadastro de autor (caso não conste, atualize seu perfil no portal da revista antes de enviar o artigo para submissão. A ausência do ORCID impedirá a avaliação de seu artigo. Caso não possua um identificador ORCID, visite o site http://orcid.org e obtenha o seu gratuitamente).